

ATA DA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 02-7-2018.

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e vinte e seis minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Fabrício Lunardi, Fernanda Melchionna, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Valter Nagelstein, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, destinado à solenidade de entrega do Diploma Honra ao Mérito a Emmanoel Macedo Mareco, nos termos do Requerimento nº 075/18 (Processo nº 1081/18), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Valter Nagelstein, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; Régis Rocha da Rosa, representando o Comando-Geral da Brigada Militar; Emmanoel Macedo Mareco, homenageado; e Paulo Roberto Mendes, Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Comandante Nádia, em nome da Mesa Diretora. Em continuidade, o Presidente convidou Comandante Nádia a proceder à entrega do Diploma Honra ao Mérito a Emmanoel Macedo Mareco, e concedeu-lhe a palavra a fim de se pronunciar acerca da presente solenidade. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Moisés Barboza. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e um minuto às quinze horas e quatro minutos. Após, foi aprovado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia dois ao dia quatro de julho do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança o suplente Fabrício Lunardi, informando-lhe que integraria a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL. Na ocasião, foi apregoada declaração firmada pelo suplente Lino Zinn, informando seu impedimento em assumir a vereança do dia dois ao dia quatro de julho do corrente. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Cláudio Janta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Marcelo Sgarbossa, Elizandro Sabino, Prof. Alex Fraga, Fabrício Lunardi, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta e Tarciso Flecha Negra. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Mônica Leal e Dr. Thiago, este em tempo cedido por Paulinho Motorista. Às dezesseis horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento de autoria de Cassio Trogildo, solicitando votação em destaque para o artigo 6º da redação final do Projeto de Lei do Legislativo nº 182/16

(Processo nº 1833/16), com Veto Parcial. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 182/16 (Processo nº 1833/16), com Veto Parcial. Foi votado destacadamente e aprovado o artigo 6º da redação final do Projeto de Lei do Legislativo nº 182/16, por vinte e nove votos SIM e dois votos NÃO, considerando-se rejeitado o Veto oposto, após ser encaminhado à votação por Cassio Trogildo, Aírto Ferronato, Sofia Cavedon, Prof. Alex Fraga, Elizandro Sabino, Aldacir Oliboni e Márcio Bins Ely, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e Não Fabrício Lunardi e Moisés Barboza. Foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 182/16, em sua parte vetada e não destacada, por oito votos SIM e dezoito votos NÃO, considerando-se mantido o Veto oposto, após ser encaminhado à votação por Sofia Cavedon, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Fabrício Lunardi, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Em prosseguimento, foi apregoado Termo de Indicação de Líder e Vice-Líder da Bancada da Oposição, assinado por Marcelo Sgarbossa, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon e Prof. Alex Fraga, indicando Sofia Cavedon e Prof. Alex Fraga para exercerem as funções de Líder e Vice-Líder, respectivamente. Também, foi apregoada a Emenda nº 05, assinada por Mauro Zacher e Márcio Bins Ely, ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/18 (Processo nº 0590/18). Às dezessete horas e dezesseis minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Fernanda Melchionna, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 338/17. Durante a Sessão, Márcio Bins Ely, Aírto Ferronato, Sofia Cavedon, Cassiá Carpes, Reginaldo Pujol, Cláudio Janta e Mônica Leal manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e dezessete minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cláudio Janta, Valter Nagelstein e Mauro Pinheiro e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Esta Presidência faz um Requerimento, solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a homenagear, com a entrega do Diploma Honra ao Mérito, o soldado Emmanoel Macedo Mareco, do 11º Batalhão de Polícia Militar, nos termos do Requerimento nº 075/18, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Régis Rocha da Rosa, Tenente-Coronel representante do Comando-Geral da Brigada Militar; o Sr. Emmanoel Macedo Mareco, soldado do 11º Batalhão de Polícia Militar; e o Sr. Paulo Roberto Mendes, Coronel e Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações e falará em nome da Mesa Diretora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sejam reais ou *fake news*, as boas novas que ocupam as *timelines* das redes sociais e as manchetes dos veículos de comunicação não são nem boas, nem novas nos dias de hoje. Podem-se culpar os tempos bicudos, mas grande parcela da responsabilidade é nossa. Estamos falhando quando cruzamos os braços e julgamos normal a celebração de bandidos e corruptos, sobretudo quando esse tipo de glamourização do mal fomenta a banalização do bem.

No dia 16 de abril, o brigadiano Emmanoel Macedo Mareco encarou sozinho três assaltantes armados que atacavam motoristas e passageiros de um ônibus que vinha de Santana do Livramento para Porto Alegre. Utilizando corretamente a técnica policial, o soldado Emmanoel pôs em prática os ensinamentos aprendidos ao longo do curso, destacando a seriedade e a responsabilidade da instituição na formação de seus servidores.

O fato ocorreu na madrugada de 16 de abril, no momento da troca de motorista, no trajeto do ônibus de Livramento para Porto Alegre. Os criminosos aproveitaram que era madrugada e surpreenderam a todos, próximo à localidade de Minas do Leão. O policial Emmanoel, ao perceber que se tratava de um assalto e ciente de seu preparo e treinamento, deslocou-se até a cabine do motorista, rendendo um dos criminosos, desarmando-o e colocando algemas nele. Até então, Emmanoel não sabia que existiam mais dois assaltantes e, na sequência, trocou tiros com outro criminoso, que entrou em óbito no local. O terceiro e último assaltante efetuou vários disparos no para-brisa do ônibus, o que resultou na abertura de um buraco, local esse por onde ele fugiu, deixando os pertences roubados para trás. Após a fuga do terceiro assaltante, o soldado Emmanoel providenciou, de imediato, o socorro para o motorista que estava ferido, agindo com rapidez e eficiência. A ação precisa, corajosa e destemida do Policial Militar foi aplaudida pelos passageiros do ônibus, que elogiaram o ato de bravura, chamando-o de herói, destacando o absoluto controle emocional e técnica, que garantiram a integridade física de todos os passageiros daquele ônibus. Um ato de heroísmo, por certo, e com pleno êxito. Emmanoel arriscou a sua vida e salvou todas as

vidas que lotavam aquele ônibus de dois andares, sem contabilizar as vidas de todos os familiares que poderiam ser destruídas, para sempre, com a perda de algum ente querido. Casos como este, do bravo soldado, apresentam-se quase todos dias, mas estamos ocupados demais para saber ou anestesiados demais para sentir. Emmanoel tem 11 anos de Corporação, foi treinado, mas isso não justifica o silêncio. Mesmo que agora conheçamos o nome dele, a maioria dos heróis da Brigada Militar permanece anônima. Precisamos valorizar todos aqueles que saem às ruas para zelar por nós, pelos nossos filhos, pelos nossos amigos, pelos nossos familiares. Uma guerra desigual, da qual as polícias civil e militar, armadas de fé, coragem e espírito comunitário, enfrentam arsenais de guerra. Precisamos dos bons exemplos para salvar o futuro do Brasil. Um jovem que nasce numa comunidade carente, por exemplo, deveria receber muito mais estímulos para fazer o bem que recebe para vender a alma; quando o traficante é protegido pela ideologia de oportunistas, disfarçada de direitos humanos, a sociedade padece e a nossa vida perde o direito de ir e vir, o direito de estudar, o direito de trabalhar em paz, e o direito de ser feliz, Sr. Presidente, sem medo. Obrigada, Emmanoel. Obrigada, Brigada Militar. A Brigada Militar, da qual tenho orgulho de fazer parte, é patrimônio dos gaúchos e das gaúchas, e por ela seguiremos unidos, com o empenho que o Emmanoel teve, assim como tantos outros heróis anônimos da nossa Brigada Militar. Só que agora a coisa é diferente, Emmanoel, o ônibus em que tu estavas ficou maior. O ônibus está em todo o Rio Grande do Sul, e essa homenagem nós, na Câmara de Vereadores, através da Mesa Diretora, não poderíamos deixar passar em branco. Parabéns e muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ver.^a Comandante Nádia, eu queria lhe convidar para vir aqui e entregar o Diploma de Honra ao Mérito ao nosso bravo soldado Emmanoel Macedo Mareco.

(Procede-se à entrega do Diploma.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Convido o nosso homenageado de hoje, o soldado Emmanoel, do 11º Batalhão de Polícia Militar, para fazer uso da tribuna aqui da Câmara de Vereadores. Como disse a Ver.^a Comandante Nádia, sem dúvida nenhuma, ele representa o que é um herói, hoje em dia, para nós. Enfrentar três bandidos armados, uma situação claramente desproporcional, e não só ele agiu em legítima defesa e em defesa de terceiros, da ordem, da segurança, como teve, como disse a Comandante Nádia, todas as condições técnicas e de equilíbrio emocional para enfrentar a situação e sair em favor da sociedade, vencedor. É uma alegria para nós, uma honra, tê-lo, hoje, conosco aqui.

O Sr. Emmanoel Macedo Mareco está com a palavra.

SR. EMMANOEL MACEDO MARECO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sobre o fato em si, a Comandante Nádia já relatou em detalhes, e para eu não ser repetitivo, eu somente venho agradecer à Comandante e aos demais Vereadores que me deram este voto. Dizer que a Brigada Militar, nos seus mais de 17 mil homens e mulheres que representam a instituição diuturnamente, aqui agradece este meu voto, e eu agradeço por estar são e salvo, por ter acontecido conforme eu quis, pois as pessoas de bem não vieram a falecer. O meu agradecimento a todos e a esta instituição a que sirvo há mais de 11 anos, que eu tenho orgulho de ter escolhido como profissão. E todos os meus colegas sentem o mesmo que eu sinto. Muito obrigado a todos, senhoras e senhores. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Também quero fazer uma saudação em nome da bancada do PDT – Ver. João Bosco Vaz, Ver. Mauro Zacher e este Vereador. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Para nós, é uma honra poder fazer esta homenagem. A Câmara Municipal se solidariza com a Brigada, hoje, com tudo que diz respeito às dificuldades que enfrenta o nosso Estado. Mesmo assim, com muita galhardia, com brilho no olho, com força de vontade, com determinação, a nossa Brigada Militar está lá na ponta realizando aquilo que mais de valioso é, digamos assim, a sua finalidade, que é a segurança pública. Então aqui está um exemplo. Emmanoel, ficam aqui também os votos da bancada do PDT e cumprimentos à tua galhardia, à tua coragem, ao teu exemplo, que, tenho certeza, deve servir de inspiração aos demais integrantes da corporação. Parabéns pela tua atitude, deixo também aqui os votos da bancada do PDT; parabéns e meus cumprimentos.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Falo em meu nome e em nome do meu partido, PSB, bem como em nome do meu colega, Ver. Paulinho Motorista. Gostaria de dizer da importância que temos hoje à tarde em fazer aqui esta homenagem a ti, nosso bravo soldado da Brigada Militar. Acho que é um momento importante para registrar a importância da Brigada Militar no contexto da sociedade gaúcha, bem como a importância dos seus militares dentro desse contexto. Parabéns a ti que foi, sim, um exemplo de coragem e determinação, expressando aquilo que a sociedade gaúcha sempre esperou e espera: em primeiro lugar, o reconhecimento da sociedade para a Brigada Militar; em segundo lugar, a importância do militar naquilo que é mais importante para nós: a defesa da vida. Um abraço para todos.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, composta pelos Vereadores Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa e esta Vereadora, quero também, soldado Emmanoel, dizer que nós ficamos muito orgulhosos e agradecidos pela tua atuação, bem como da atuação da Brigada Militar. Temos muito apreço pelo esforço que cada membro, cada trabalhador da segurança faz diante de um quadro tão duro de desmantelamento do Estado do Rio Grande do Sul, por falta de presença do Estado na ação preventiva. As atitudes heroicas são emblemáticas, devem sacudir os Governos para investirem, cada vez mais, na boa qualificação e nos quadros necessários para fazer segurança, seja preventiva, investigativa ou ostensiva, a qual o senhor representa. Quero, com esta homenagem que a Mesa faz, homenagear todo o grupo de trabalhadores que aqui está. Quero dizer que os Bombeiros que aqui estão, e nós fizemos – suprapartidariamente, é verdade – um combate à ida dos Bombeiros ao CETE, porque entendemos que lá não seria o local adequado. A nossa bancada entende que é um absurdo o Governo do Estado do Rio Grande do Sul abrir mão de um lugar histórico dos Bombeiros, na Rua Silva Só, onde está o nosso Ginásio da Brigada Militar. Achamos isso um desmonte do patrimônio e um acinte, uma afronta à história da corporação, agora que os Bombeiros estão separados e construindo a sua identidade. Assim como ainda não temos solução para o quartel dos Bombeiros do Cais Mauá; há outros quartéis de Bombeiros sendo desmontados, e a política, portanto, está desvalorizando-os. Vi que o Estado fez agora, uma audiência em Sapucaia, trocar aquele espaço estratégico dos Bombeiros, nós não concordamos. São duas políticas que têm que andar juntas. Desculpem-me por usar este espaço, na sua homenagem, mas é desta maneira que nós temos que mostrar que as corporações responsáveis por segurança devem ser valorizadas. Parabéns da bancada do Partido dos Trabalhadores, contem conosco.

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu acho que as palmas aqui mostram a grandeza do seu ato e o nosso reconhecimento de todos nós. A Brigada é uma corporação valorosa, apesar de todas as dificuldades que está enfrentando, que está coibindo. Mas também precisamos de presídios, para que os bandidos cumpram o tempo a que foram penalizados, porque estão sendo soltos antes do tempo, e esse também é um problema que a corporação enfrenta. Ressalto que o contingente da corporação também é muito pequeno para enfrentar a realidade que nós encontramos nas ruas, essa triste realidade: as pessoas não podem sair à noite, nem durante o dia; há jovens envolvidos com as drogas. O objetivo aqui é mostrar que a Brigada está atenta, que a Brigada está fazendo aquilo que, sem dúvida, é a sua obrigação. Os Governos têm que fazer mais, e agora nós vamos para uma eleição e tomara, Coronel Mendes, que não seja mais uma ficção, que encarem essa realidade. Aquele que não convencer o que realmente vai fazer para a segurança, não terá votos, porque a população não aguenta mais. O seu ato foi corajoso, heroico,

porque é difícil encarar esses bandidos, que hoje não são mais amadores; esses bandidos são profissionais e, às vezes, até mais capacitados em termos de armamento que a Brigada - lamentavelmente. Parabéns em nome da bancada do PP, em meu nome, em nome dos Vereadores Cassiá Carpes, Mônica Leal, João Carlos Nedel e Ricardo Gomes. Queremos estar juntos de vocês, parabenizá-los, porque não é fácil ter coragem nesta hora com tanta dificuldade. Parabéns, soldado Emmanoel, a sua forma de atuação mostrou a coragem de toda a Brigada. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): (Saúda componentes da Mesa e demais presentes.) Os colegas aqui já me conhecem e, apesar de estar no meu primeiro mandato, sabem da minha dedicação e formação. Eu tive a honra de ter integrado o CPOR, depois ter ido para o 18º Batalhão. Sou um fã declarado da Brigada Militar. Confio à Brigada Militar a vida da minha família, sempre estarei ao lado das bandeiras da Brigada Militar. Tive o privilégio, quando trabalhei com o ex-Vice-Governador Antônio Hohlfeldt, de conviver, inclusive, com colegas que hoje trabalham aqui com a Comandante Nádia; convivi mais com o dia a dia de vários integrantes da Brigada que saem às ruas até hoje. Inclusive, na época, um deles me mostrou as condições do seu armamento, as condições do seu colete à prova de balas, que já estava vencido há muitos anos. E essas mulheres e esses homens valorosos vão às ruas, todos os dias, sem romantismo nenhum, para enfrentar um mundo preparado para que o mal prevaleça. E eu não podia deixar de subir aqui, soldado Emanuel, para lhe dizer que o seu ato ensina a população e ensina os cidadãos de bem da Cidade. A sua postura tem muito a ver com o que eu gostaria que alguns colegas prestassem muita atenção, porque a sua conduta faz com que a gente, declaradamente, entenda que o que mais mata, o que mais acaba com a nossa vida futura é a falta de atitude, acovardar-se, não fazer o que tem que ser feito, mesmo colocando a sua vida em risco. Transmito isso para vários colegas aqui que eu saúdo, de coração, fico muito feliz de compartilhar aqui diariamente, porque temos Vereadores que colocam o interesse coletivo e o futuro acima dos interesses eleitorais. Esse seu exemplo para nós, da Cidade, e também para o Estado e para o País, de enfrentar o que tem que ser enfrentado. Gostaria de prestar a minha continência e a minha homenagem, em nome da população de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Moisés.

VER. REGINALDO PUJOL (DEM): Rapidamente, eu queria, com a concordância do Ver. Moisés Barboza, que acaba de ocupar a tribuna, subscrever, integralmente, em nome do Democratas, o pronunciamento por ele realizado, cumprimentando o nosso homenageado, a guarnição da nossa gloriosa Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Eu que tenho inúmeros familiares vinculados à Brigada, alguns com maior intensidade, outros com menor intensidade, que já estão na reserva no dia de hoje, sinto-me muito feliz de saber que nos quadros da Brigada Militar do Rio Grande do Sul ainda existem valores com as suas condições que honram a melhor tradição da força pública do Rio Grande. Meus cumprimentos e meus parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente; Coronel Régis; Coronel Mendes; nosso herói Emmanoel. Um ato de bravura desses, como temos na nossa Brigada Militar, no nosso Corpo de Bombeiros, na nossa Polícia Civil, devem ser enaltecidos por esta Casa, pela Assembleia Legislativa, pelo Prefeito, pelo Governador, pela imprensa. Diante de uma situação de perigo, a pessoa poderia se omitir, esconder a sua carteira profissional, jogar o revólver no corredor do ônibus; mas o soldado Emmanoel colocou a sua vida acima da vida de todos os passageiros. O que nos estranha muito neste momento de hoje, no momento de seu ato de bravura, e na semana que se sucedeu, é que nenhuma palavra foi dita pelos direitos humanos, que silenciam quando alguém defende dezenas de vidas num ônibus, como o senhor fez, expondo a sua vida, e como faz, diariamente, nas ruas, nos becos da nossa Cidade. Então, queria aqui, em nome do povo de Porto Alegre, agradecer aos senhores, Cel. Régis e Cel. Mendes, que representam toda a corporação, e o soldado Emmanoel, que representa todos esses soldados que estão no dia a dia nas comunidades de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, no fronte, dando a sua vida para defender as nossas vidas. Muito obrigado, que Deus abençoe todos seus colegas de farda, todos os seus subordinados.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Para nós, porto-alegrenses e gaúchos, é uma grande honra. Eu, desde muito cedo, na minha vida, aprendi a admirar a Brigada Militar; meu pai – Coronel Pedro Américo Leal –, numa determinada época, foi professor de cursos na Brigada Militar. E eu tenho plena consciência de que o Rio Grande do Sul só não está pior na situação da violência, no aumento da criminalidade porque tem valorosos agentes da segurança pública, tem a Brigada Militar e a Polícia Civil. Parabéns. Muito obrigada. Esta homenagem é justa e merecida.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Meus caros colegas Vereadores; Coronel Mendes, nosso ex-Comandante-Geral da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, Presidente da Justiça Militar; meu caro Coronel Régis, representando o Comando-Geral, por favor, leve um abraço ao Comandante e a todo Estado-Maior; aos colegas do soldado Emmanoel, do 11º BPM, e, meu caro Emmanoel, principalmente. É uma fração de segundo que separa um homem ou uma mulher de uma vida normal para um ato excepcional. É preciso não só ter preparo, mas, acima de tudo, ter coragem para que, naquele segundo, se possa abrir mão do que é mais precioso, que é a vida da gente, no sentido de poder defender a vida dos outros. Eu acho que o longo aplauso de todos os teus colegas ali, que foi acompanhado do aplauso de todos os parlamentares desta Casa, que foi acompanhado pelos colegas Bombeiros - hoje, no Dia dos Bombeiros, que vêm aqui também nos prestigiar com as suas presenças -, eu acho que isso tudo representou, na verdade, este plenário, os 1,5 milhão de gaúchos, representou todo o povo brasileiro, que está cansado, ao longo desses últimos anos, como disseram todos os Vereadores aqui e a nossa representante, a Ver.^a Comandante Nádia, de ver sendo sacralizado o bandido, protegido o bandido e, via de regra, os polícias, inclusive nos meios de comunicação, tendo a sua postura questionada. Eu fico feliz, porque parece que nós estamos nos apercebendo disso e mudando. Quando todos os colegas se levantam para prestar, através de um aplauso, uma homenagem; quando esta Câmara, este Parlamento se levanta para prestar, através de seus Vereadores, uma homenagem com um Diploma, é porque nós estamos sinalizando com a sociedade, como uma espécie de farol, qual é o caminho que a gente deve seguir. E eu fico muito feliz, porque o Emmanoel vem lá da região da campanha, da mesma que eu venho, exatamente para nos ajudar a enxergar, com seu exemplo, onde é que está a luz. Com a sua coragem e seu desprendimento e, como disseram os demais Vereadores, de colocar a sua vida à disposição para o bem daquilo que é a missão da nossa briosa Brigada Militar e daquele que é brigadiano no seu âmago para o bem da sociedade. Obrigado, Emmanoel, pelo teu exemplo, obrigado pelo teu esforço, obrigado pelo esforço de cada um de vocês, brigadianos e brigadianas. Tenho dito aqui, às vezes, que lá em Candiota, lá em Livramento, lá na Barra do Quaraí, lá em Garruchos, onde quer que seja, às 4 horas da madrugada tem um brigadiano à disposição. Na intempérie, no frio, na chuva, no calor, sempre vai ter alguém da Brigada para estar defendendo os melhores valores que compõem, que fazem a sociedade gaúcha e que precisam retomar o grande caminho da sociedade brasileira. É chegado o momento para a gente dizer não ao direito dos manos e dizer, sim, para a possibilidade de o cidadão se defender e ser defendido de acordo com os melhores valores, valores que o Emmanoel nesse dia tão bem representou. Tu és um herói para todos nós. Obrigado pelo teu exemplo. Obrigado, senhoras e senhores. Interrompo a Sessão para as despedidas. (Palmas.)

(Suspendem-se os trabalhos às 15h01min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 15h04min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Felipe Camozzato solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 02 a 04 de julho de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Fabrício Lunardi, nos termos regimentais, em função da impossibilidade de o Suplente Lino Zinn assumir a Vereança, e integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós temos ouvido muito e a imprensa tem ligado para vários de nós, Vereadores, questionando esse conjunto de projetos que se encontra aqui na Câmara, e dizem que a dificuldade de aprovar esses projetos seria em função de ser este ano um ano eleitoral e boa parte dos colegas aqui da Casa ser candidato a Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, e que isso dificulta as votações. Tenho respondido: “Em primeiro lugar, se esses projetos fossem bons, todos esses que se dizem candidatos aprovariam esses projetos imediatamente. Em segundo lugar, esses projetos que chegam a esta Casa, nenhum deles é novidade, porque já estiveram nesta Casa no ano passado, e a grande maioria ou a totalidade deles foi derrotada porque são ruins”. São ruins, porque mexem na vida das pessoas, tiram salários dos servidores públicos, aqueles servidores que estão lá na ponta, aquele servidor que está atendendo na saúde, na educação, na assistência social, e bota a mão no bolso do contribuinte, que é o projeto do IPTU. O Governo botou um simulador, e as pessoas estão lotando os nossos e-mails, os WhatsApps, com seus cálculos - mostrando o que já dizíamos aqui na tribuna: que o simulador, que é igual ao que tinha no ano passado, mostra que os IPTUs irão aumentar drasticamente. O próprio Secretário da Fazenda disse que o seu IPTU iria aumentar 40%, e no ano que vem será pior ainda, porque haverá uma isenção para um setor do comércio no Centro da Cidade. A isenção diminui bastante o IPTU das grandes construtoras, penalizando a população pobre de Porto Alegre. Então, esta Casa, os Pares desta Casa, quando dizem que são contra esses projetos – não é por ser ano eleitoral, não é politicagem, não é coisa pessoal –, é porque estão em defesa da Cidade. Votem contra em defesa dos postos de saúde, para que tenham pessoas atendendo; para que as mais de dez escolas que estão sem professores de matemática, geografia e história voltem a tê-los; para que as políticas públicas para os mais pobres voltem a existir; para que a FASC volte a atuar maciçamente na assistência social; para que o Prefeito volte a gostar das pessoas mais pobres desta Cidade e a trabalhar por elas. Volte a ser uma Cidade que se preocupe com as pessoas, com a cultura, com o esporte, com o lazer, e que o Prefeito não fique choramingando – como faz há mais de um ano e meio –, dizendo que não tem dinheiro, que não tem isso, que não tem aquilo. Quero dizer que nesta Casa fazemos política com seriedade, com os pés no chão e não politicagem, muito menos uma política que trata de pessoas, nós tratamos do coletivo e do bem para

a população de Porto Alegre. Com muita determinação, força, fé e foco, nós vamos devolver esta Cidade para o povo de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar os bombeiros e as bombeiras que estão presentes acompanhando a Sessão nesta tarde. Eu estou aqui ocupando o espaço de liderança da oposição, os dois partidos, PSOL e PT, identificados formalmente como oposição ao Governo Marchezan, no sentido que, a partir de agora, transmito esse cargo de Líder da oposição à Ver.^a Sofia Cavedon, minha companheira.

Nesse pouco tempo que tenho, faço uma espécie de um balanço resumido desses seis meses em que estive à frente da oposição. É claro que não é possível olhar só os seis meses, tem que olhar o Governo Marchezan desde que iniciou, aliás, desde uma eleição em que um em cada seis eleitores votou no Prefeito Marchezan, portanto, um Prefeito com baixíssima legitimidade social e com altíssima arrogância que tenta governar a Cidade aos trancos e barrancos, na medida em que, já no ano passado, encaminhou projetos para esta Casa sem dialogar, inclusive, com sua própria base. Eu digo que, diferente da legislatura anterior, aqui, nós temos uma oposição alargada, temos vários Vereadores que, ao longo do processo, já no ano passado, deram até um primeiro voto de confiança ao Prefeito, votaram a sua chamada reforma administrativa, que, na verdade, não mudou nada, criou mais confusão no Município; mas, logo em seguida, perceberam – eu não estou falando aqui de Vereadores do PT e do PSOL, mas de um conjunto de outros Vereadores –, ao longo da atuação do Prefeito, que não era possível concordar com as suas atitudes e com a sua forma de governar. Nós tivemos situações muito estranhas, para usar uma palavra mais tênue, de situações, de projetos, como foi o caso do IPTU no ano passado, em que a própria base votou contra o Prefeito. Então fica complicado, porque, este ano, o Prefeito quis dar a ideia de que tinha aprendido com o ano passado, com os erros do ano passado, e que começaria o ano buscando um certo diálogo com a Cidade e com a Câmara Municipal, veio até a Câmara, chamou as bancadas para dialogar, ou seja, começou a dar sinais, parecia dar sinais de que estava disposto ao diálogo. Mas durou pouco, o seu DNA da arrogância foi mais forte, e agora, nos últimos dias, apresenta um decreto tentando proibir um direito constitucional, que é o direito de greve. Ou seja, espalha novamente o terror nos servidores públicos, ameaçando com corte de ponto e desconto de remuneração. No final da semana passada, entra com uma ação judicial, questionando a questão dos regimes, que é um dos projetos que tramitam nesta Casa em regime de urgência, ou seja, dá a entender que não tem os votos, não consegue compor uma maioria para enfrentar o debate, dizia que o debate teria que ser feito nesta Casa e ajuíza uma ação

judicial, perde a liminar, quer mudar algo que está há 30 anos consolidado no Município. Então, vejam, realmente, é difícil não ser oposição. Falo aqui de um lugar formal, que é o de Líder da oposição, mas, na verdade, reconheço em outros Vereadores, e não tem como reconhecer em outros Vereadores que acabaram se tornando oposição a este Governo pela sua própria forma de governar, um Prefeito que não titubeia em atacar a Cidade, usa o argumento de que aqui é o debate. Lembro do ano passado, quando dizia que o debate era na Câmara e não na Cidade, quando nós dizíamos que os projetos deveriam ser debatidos com a Cidade. E agora um dos seus projetos de lei, os PLEs nºs 08 e 09, que são os principais, inclusive pedimos para ele retirar nessa conversa em que ele chamou a bancada do PT e outras para conversar, foi um pedido expresso, que retirasse esses projetos de tramitação da Câmara. Não foi assim, insistiu com a questão da urgência, e agora entra com ação judicial questionando exatamente o mesmo teor que está nos projetos de lei. Vejam a contradição de quem diz que o debate é na Câmara, mas depois judicializa uma questão que estava tramitando na Câmara Municipal. Quero saudar a Ver.^a Sofia que terá o papel muito importante até o recesso, e depois do recesso será uma guerra total nesta Casa porque se percebe que o Prefeito aumentou o seu poder bélico, seja com decreto, seja com ação judicial, dois sinais inequívocos da sua beligerância, e aqui logicamente será um lugar de uma arena de disputa, infelizmente, muitas vezes para o mal da cidade. Fica o nosso pedido de apoio à Cidade para que ajude a lutar contra um Prefeito que ataca a sua própria cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ELIZANDRO SABINO (PTB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara; eu gostaria, em primeiro lugar, de fazer uma referência ao projeto de lei que vamos discutir, de autoria do Ver. Cassio Trogildo e do Ver. Aírto Ferronato, que obriga a manutenção de equipe de brigada profissional composta por bombeiros civis nos estabelecimentos que especifica. Também faço referência à presença dos bombeiros civis e voluntários que estão nas galerias. Na pessoa do Júlio, que é o presidente da Febrabom, e demais bombeiros, faço referência a todos os presentes. É uma alegria e uma honra recebê-los nesta tarde. Também quero fazer uma referência ao Marcelo Viana, que compõe a equipe do nosso gabinete, que é bombeiro civil voluntário e tem, de uma forma muito especial transmitido, diariamente, a importância dessa atividade. Quando, em algum lugar deste Estado, está pegando fogo em algum prédio ou casa, nós ficamos sabendo de imediato da ação dos bombeiros civis voluntários. Um abraço ao Marcelo e obrigado por fazer parte desse grupo tão especial.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR ELIZANDRO SABINO (PTB): Meus queridos amigos, estou aqui em tempo de Liderança. Quero saudar os meus colegas de bancada – Ver. Cassio Trogildo, nosso Líder; Ver. Paulo Brum e Ver. Dr. Goulart. Eu não gostaria de deixar passar em branco esse final de semana. Nós temos no telão as imagens da orla. A entrega da orla do Guaíba ocorreu na sexta-feira. Olhem o sucesso que foi o primeiro domingo de sol, o primeiro dia de sol na orla do Guaíba. Eu gostaria que fossem passando as imagens à medida que nós formos falando. A orla do Guaíba completamente ocupada. Na passarela, chamada de caminho sobre as águas, as pessoas tomaram conta da estrutura. Alguém disse que tinha um número limitado para a ocupação dos deques e da estrutura metálica, houve um ruído durante uns dias: não há limitação de pessoas na estrutura metálica ou nos deques. A limitação é nos mirantes, onde podem ficar até 30 pessoas. Olhem o que foi o primeiro domingo de pôr do sol, após a inauguração da orla, com as embarcações no lago, a região iluminada com os 47 postes, o piso estrelado com 300 metros de fibra ótica instalados no piso de concreto – algo extraordinário. Ali também há duas ciclovias, com extensão de 1.3km na orla do Guaíba. Havia uma ocupação plena e harmônica de todo esse espaço. Ver. João Bosco, esse trabalho começou na gestão do Prefeito Fogaça; o Prefeito Fortunati e o Vice-Prefeito Melo deram continuidade, e foi entregue agora com o Prefeito Marchezan – esta é uma obra feita a muitas mãos. O Prefeito Fortunati conseguiu o financiamento junto ao CAF, e o Prefeito Marchezan deu continuidade. Realmente, é uma obra de governos. Durante um ano e quatro meses eu tive a felicidade, a honra de fazer parte dessa concepção, acompanhando esta obra semanalmente com reuniões, envolvendo os técnicos de todas as Secretarias. Foi um momento muito especial, em que podemos acompanhar toda evolução da orça do Guaíba. Portanto, parabéns a Porto Alegre; parabéns a todos os moradores da nossa Cidade, e também, parabéns às gestões Fogaça, Fortunati e Marchezan, que fazem parte desta entrega da orla para o cidadão porto-alegrense, de maneira muito especial para a nossa Cidade. Com os deques, agora com o mirante, com o restaurante Quase Meia-Noite, um momento muito especial que a nossa Cidade vive. Portanto, parabéns a todos os envolvidos, a todos os governos e, principalmente, parabéns ao cidadão de Porto Alegre e a todos os gaúchos e gaúchas. Ontem, eu estava na cidade de Ivoti, e lá o pessoal dizia: “Estamos nos organizando para domingo que vem ir conhecer a orla do Guaíba, aquele cartão postal da cidade de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul”. Muito obrigado, um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Elizandro Sabino.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Gostaria de fazer um registro, ia conversar exatamente sobre a obra, os governos que participaram, mas o nosso Ver. Sabino já me representou na sua exposição.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, Vereadoras e Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, eu gostaria de agradecer aos meus colegas de bancada pela oportunidade de usar o tempo de Liderança do nosso partido, o PSOL. Eu gostaria de fazer um registro: sexta-feira passada, nós tivemos uma lamentável manchete estampando o jornal Diário Gaúcho, mas que para nós que estamos mais interessados dos problemas que sofre a educação na rede municipal desta Cidade, não é novidade alguma. O Diário Gaúcho trouxe em sua capa essa notícia que, desde o ano passado, nós, reiteradamente, falamos: a Prefeitura Municipal está, desde o início desta gestão, retirando os guardas municipais das nossas escolas. Esses problemas têm gerado reflexos extremamente negativos para as comunidades escolares. Todos sabem que Porto Alegre conta com a rede municipal mais periférica entre as capitais brasileiras e, por conta disso, a insegurança e a violência assolam o dia a dia dos profissionais que trabalham com essas crianças, com esses adolescentes, os nossos educandos. Eis que, deliberadamente, o Prefeito retira esses servidores e os coloca na Administração Central. Concordamos que há necessidade de patrulhamento ostensivo nas vias públicas desta Cidade; concordamos que há necessidade de salvaguardar os prédios públicos, os monumentos, os parques, as praças de Porto Alegre. Mas à custa de quê? Os Vereadores e Vereadoras desta Casa Legislativa recebem, frequentemente, a visita de aprovados no último concurso da Guarda Municipal desta Cidade. São 290 aprovados que estão aguardando ansiosamente o chamamento para poderem prestar os seus serviços à nossa Cidade, mas, com aquele chororô de sempre: o Prefeito Nelson Marchezan Júnior diz que não há recursos, não há dinheiro. Não há dinheiro para as áreas mais essenciais, que são educação, que está sendo atacada desde o início da sua gestão; para segurança, que vem sendo esculhambada completamente, e para saúde. A saúde avança a passos de tartaruga, poderíamos estar muito melhor, infelizmente. Imaginem as demais áreas.

Senhoras e senhores, a Prefeitura aposta na sua rede de videomonitoramento, ou seja, o Secretário de Segurança desta Cidade e o Secretário de Educação concordam que qualificar a segurança nas escolas é assegurar que as câmeras estejam ali funcionando. Talvez, na minha concepção de professor, não tendo qualquer tipo de especialização na área de segurança pública, filmar uma agressão, uma violência, um assassinato seja mais importante do que prevenir o fato. Eu não sei! Eu não sou um especialista. Talvez outros possam qualificar este debate colocando outro ponto de vista, mas na minha lógica simplista de professor licenciado em Biologia, e eu trago o reflexo da área da saúde, geralmente prevenir é muito mais eficaz e barato do que remediar. Pelo menos é assim nas doenças, e eu creio que seja assim também no

quesito segurança. O guarda municipal é uma referência nas nossas escolas, e, ao contrário do que diz o Secretário de Educação desta Cidade, que ignora completamente a realidade das nossas escolas, não há um mero trabalho de porteiro, porque ele desvaloriza o trabalho dos que prestam serviço de portaria, mas coloca o Guarda Municipal como não sendo a referência de pacificação e harmonização dos conflitos nas nossas escolas, que são diários. Os Guardas Municipais não prestam exclusivamente um serviço de portaria, mas qualquer tipo de rusga, qualquer tipo de briga e desentendimento, o Guarda é a pessoa que vai fazer uma harmonização, trazer segurança e tranquilidade para um bom desempenho de nós, professores; portanto, acreditamos que, assim como os jornalistas que noticiaram este fato, boa parte da nossa sociedade está tremendamente incomodada com essa prática desta gestão. Encerrando, Ver. Mauro Pinheiro, que preside esta Sessão, dizendo que não aguentamos mais, não queremos que alguma coisa trágica aconteça para que então o Secretário de Educação e o Prefeito Nelson Marchezan venham a público se justificar e lamentar o fato. Queremos ação, queremos segurança para as nossas crianças. Boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Fabrício Lunardi está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FABRÍCIO LUNARDI (NOVO): Boa tarde, colegas Vereadores; Presidente; Bombeiros; honrada Brigada Militar do Estado – hoje podemos contar com o soldado Emmanoel, um verdadeiro herói. Quero ir ao encontro também do que falava o Ver. Prof. Alex, a respeito, de certa forma, de prioridades; porém, gostaria de focar na questão do IPTU! Neste fim de semana, fui, juntamente com a Ana, chefe de Gabinete do Ver. Camozzato, e com o Lucas, seu assessor de comunicação, falar com as pessoas: fomos, no sábado, até a Redenção e até o Parcão, falar com as pessoas, saber se estavam por dentro, se estavam sabendo que há em Porto Alegre um projeto que tramita em regime de urgência que aumenta o IPTU para mais da metade, para 54% das matrículas da Cidade. Esta foi uma das perguntas que a gente fez. A segunda foi se as pessoas sabiam da existência do simulador, e que através dele, elas poderiam calcular para quanto iria aumentar o seu IPTU, caso aumentasse. Infelizmente, as respostas não nos surpreenderam: de fato, a maioria das pessoas, em regra, não sabia do projeto, e as que sabiam, quase na totalidade, não sabiam da existência do simulador. Algumas gostaram da ideia, a gente levou um *tablet* para que as pessoas mesmo pudessem fazer a sua simulação ali, Ver. Prof. Alex, justamente porque achamos que é muito importante, nesse momento de Copa, em que as informações não circulam tão bem, que as pessoas de Porto Alegre estejam cientes do que está acontecendo aqui. Então, é nítido, para mim, a importância do projeto e que esse regime de urgência não agradou nem mesmo quem era favorável ao projeto, nem mesmo quem achava que o projeto tratava de uma questão de justiça tributária, sem ver que ele gera outras injustiças. Mesmo essas pessoas que acham que o regime de urgência não é adequado, ainda mais sabendo que

temos algum tempo pela frente para votar o projeto. Então, eu acho importante que essa discussão seja feita com as pessoas, até porque é um projeto que não afeta apenas donos de imóveis, e os ricos, como muitas vezes o Governo tem dito, já que o IPTU é repassado, sim, para o inquilino. Além disso, e mais relevante ainda, é o impacto para o comércio, que terá um IPTU quatro vezes maior que os imóveis residenciais. Na média, o IPTU para o comércio vai aumentar R\$ 1.132,00, o que, na média, é muita coisa; é um ataque ao empreendedorismo desta Cidade. É comum que a gente ande pela cidade de Porto Alegre nos últimos tempos e observe diversas placas de “Aluga-se”, de “Vende-se”, inclusive em lugares onde a gente já estava acostumado a ver um comércio pujante. Por isso, eu questiono os meus colegas Vereadores: será que este projeto vai colaborar para o setor produtivo da Cidade, e, por consequência, para a geração de oportunidades para a Capital? Creio que não; bem pelo contrário, isso não irá acontecer. Será um estímulo para que as empresas levem seus empreendimentos para a Região Metropolitana, ou até mesmo para Santa Catarina, dependendo do caso. Então, só há um jeito, colegas, de alcançarmos a saúde financeira e, por consequência, a prosperidade em Porto Alegre. E quando eu digo prosperidade, é que os mais pobres tenham acesso à melhoria de vida e aos serviços públicos essenciais de qualidade. E, para isso, precisamos de saúde financeira, precisamos ter a possibilidade de investimentos. Então, não temos outro caminho se não gastarmos menos do que arrecadarmos e, assim, tornarmos Porto Alegre atrativa para o empreendedorismo, com liberdade econômica e uma iniciativa privada forte. Este projeto não vai melhorar a vida das pessoas, e o protagonista da sociedade não deve ser o Estado, deve ser o cidadão. O cidadão deve ser o agente das mudanças, o Estado deve servir as pessoas e não tratá-las como servas. Hoje, infelizmente, o cidadão é tratado como servo, porque quando a metade do salário do cidadão fica com o Estado, ele é um servo. Quando o cidadão deixa a metade do que ele consome em impostos para o Estado, ele é, sim, tratado como servo. Não ter direito à própria defesa é ser tratado como servo. Trabalhar quase metade do ano para pagar imposto é, sim, ser tratado como servo! Então, não podemos andar nesse caminho permanente que estamos, que é o da servidão. São R\$ 250 milhões que sairão dos consumos das famílias para ir para um Poder Público irresponsável com as próprias contas. E isso não vai acabar bem. Por que, em vez de colocar a mão no bolso do cidadão, não olhamos para os próprios gastos do Estado? Eu trouxe aqui alguns exemplos de coisas que podemos cortar antes de botar a mão no bolso do cidadão. A Carris, por exemplo, com R\$ 44 milhões de prejuízo; a Procempa, com R\$ 9 milhões; a progressão automática mais a licença-prêmio, são R\$ 80 milhões. Será que não tem lugar para cortarmos antes de achacar mais o cidadão? Deixo esses questionamentos para os colegas Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente Mauro Pinheiro; os colegas Vereadores e Vereadores; público que está acompanhando a Sessão nesta tarde. Obviamente, em seguida, entraremos na Ordem do Dia. Quero continuar aqui com a manifestação clara e precisa em relação à nossa bancada de oposição, ao Governo Marchezan e à enorme contradição do Governo, na medida em que ele manda dizer que quer abrir um canal de diálogo e, ao mesmo tempo, toma iniciativas que são contrárias ao diálogo. Há poucos dias, protocolou um projeto aqui nesta Casa, dizendo da inconstitucionalidade da possível greve dos municipais, definindo, em caso de greve, quais multas e penalidades aos servidores, demonstrando, claramente, a falta de diálogo com o servidor público. E ele, ao perceber que poderá perder – e vai perder – muitos dos projetos através dos quais ele retira direitos também dos servidores, direitos conquistados ao longo dos anos, acabou apresentando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre esses direitos adquiridos, seja da carga horária ou das conquistas obtidas ao longo dos anos, na Justiça. Ele demonstra, claramente, que quer um diálogo maquiado, suas ações concretas são contra esse diálogo.

Quero também dizer, Ver. Robaina, que estamos indignados com algo que a Secretaria da Saúde, através do seu Secretário, está implementando na nossa Cidade: a ideia de terceirizar os serviços da área da saúde. Tenho conversado com os trabalhadores dos prontos atendimentos da comunidade da Bom Jesus, Lomba do Pinheiro, Conceição e Vila dos Comerciantes, onde amanhã haverá uma visita da Comissão de Saúde, e percebemos que o Governo, além de não chamar os trabalhadores concursados, trabalha com a lógica da terceirização, da privatização ou desses convênios e parcerias que ele faz com entidades particulares, ONGs ou até mesmo com entidades filantrópicas. Não diz o que vai fazer com os funcionários públicos que estão lá, no caso das comunidades da Conceição, Lomba do Pinheiro e Bom Jesus. E, agora, na semana passada, levou para lá, numa visita, Ver. Janta, os diretores da Santa Casa. O que o Governo Municipal vai fazer com o pronto atendimento da Bom Jesus? São dezenas de trabalhadores concursados que lá estão e esperam a valorização do gestor público, e não uma retirada, uma deslocada, dos trabalhadores. Se o atendimento está precário, não é por culpa dos servidores, mas da má gestão que o Governo está fazendo. É exatamente o que acontece no Programa de Saúde da Família, que além de não cumprir com as metas que aqui foram aprovadas - de ampliação das equipes -, faltam médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde e agentes de endemias. Mas é muito mais escandaloso, porque o incentivo que o Governo deveria repassar, no ano de 2017, não repassou ainda; repassou 50%. Não faz nenhum movimento com o Governo do Estado para que salde essa dívida, como não discute pontualmente esse incentivo para todos os trabalhadores do Programa de Saúde da Família, mais especificamente, Ver.^a Fernanda, para os agentes de combate a endemias e para os agentes comunitários de saúde. O Governo está perdido! Além de abandonar a política e a gestão da Cidade, ele fica tentando inaugurar ou concluir as obras de outros governos. Percebe-se que neste Governo não há nenhuma novidade, nenhuma marca. Infelizmente, o Governo Marchezan não deu certo na nossa Cidade, e não é por acaso

que muitos cidadãos estão indignados com o abandono de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, alguns colegas comentaram comigo que foi protocolado, aqui nesta Casa, no dia de hoje, um pedido de *impeachment* do Sr. Prefeito Nelson Marchezan. Quero agradecer a minha assessoria que verificou no Protocolo esse pedido realizado às 14h26min, pelo Sr. Paulo Adir Ferreira. Tenho aqui uma cópia, minha assessoria pegou, e o *impeachment* foi baseado no art. 167 da Constituição Federal, cujo inc. VI diz que é vedada (Lê.): “a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa”.

O argumento do solicitante, Sr. Paulo Adir Ferreira, é que o Orçamento aprovado por nós, nesta Casa, previa R\$ 9,8 milhões para a Companhia Carris, e já foram empenhados pela Prefeitura, de outras receitas, de outros órgãos da Prefeitura, R\$ 48.783 milhões. Ou seja, a Prefeitura colocou a mais do que foi autorizado por esta Casa R\$ 38.983 milhões, sem a autorização da Câmara de Vereadores!

Conforme o art. 4º, inciso IV, do Decreto-Lei nº 201/67, o julgamento dessas infrações político-administrativas do Prefeito Municipal cabe a esta Casa, porque, conforme o inciso VI, está descumprindo o orçamento financeiro aprovado por esta Casa.

Além disso, o art. 122, inc. VI, da Lei Orgânica Municipal diz que é vedada (Lê.): “a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa”. Esse é o documento protocolado pelo Sr. Paulo Adir Ferreira, hoje, às 14h26min, aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Pelo jeito, nosso imperador não só tem feito aluguel de imóveis, não só tem gerido recursos de alguns fundos, não só tem atropelado eleição do Conselho Municipal de Saúde e uma série de outras coisas, como também tem feito aporte de recursos sem autorização desta Casa, conforme a fundamentação do Sr. Paulo Adir Ferreira. Deveremos analisar, em breve, esses documentos que chegarão às nossas mãos. A minha assessoria já conseguiu pegar esse pedido aqui protocolado, e junto há as planilhas vindas da Secretaria da Fazenda, os orçamentos todos anexados, para nós averiguarmos o que não está sendo cumprido no orçamento aprovado por esta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TARCISO FLECHA NEGRA (PSD): Boa tarde, Presidente Valter Nagelstein; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; todos que nos assistem. Fazia tempo, mais de mês, que eu não vinha a esta tribuna e quero ser testemunha de uma coisa muito linda que eu vi ontem. Dificilmente tiro fotografias com o meu celular, mas ontem tirei, Presidente, porque fiquei emocionado com a nossa orça do Guaíba. Que coisa linda! Mais de 50 mil pessoas por ali caminhando; todos dando os parabéns à orla do Guaíba. A coisa mais linda é esse cartão postal. Está de parabéns a Secretaria, o Governo, porque agora a gente pode olhar o Guaíba; pois, antes, a gente olhava o Guaíba de costas, ninguém queria olhar para o Guaíba. Hoje, não! Hoje, tu olhas o Guaíba e se sente emocionado com aquele cartão postal maravilhoso. Por outro lado, uma outra coisa me entristece: o Gasômetro. Eu, como Presidente da CECE, Ver. Pujol e Ver.^a Sofia, vou ter de chamar uma reunião com o Secretário da Cultura, pois o Gasômetro, vamos dizer assim, é o coração daquilo tudo ali, daquela coisa maravilhosa que é a nossa orla. Aos sábados, aquilo vai ser um aglomerado de gente. Já que nós estamos querendo uma Cidade com menos violência, então nós temos que – e a minha bandeira foi sempre o esporte, a cultura, educação e lazer, principalmente para as crianças – manter aquelas oficinas que têm dentro do Gasômetro funcionando. O Gasômetro está fechado, não tem uma data para reiniciarem as atividades ali. Eu acho que o nosso Secretário tem de dizer para a imprensa, para o povo, quando iniciarão as obras do Gasômetro, e não pode retirar dinheiro da cultura, mas, sim, dar mais sustentação para que Porto Alegre tenha, de fato, a cultura, a educação e o esporte no coração dos gaúchos. Porto Alegre e o Rio Grande do Sul foram sempre considerados uma cidade e um Estado da cultura, do esporte e da educação. Então, quero aqui parabenizar pela obra que eu testemunhei de perto. Ontem, eu caminhei no meio de, mais ou menos, 50 mil pessoas. Não dá para a gente contar, é um cálculo, mais ou menos, que fiz. Eu cheguei a tirar o meu celular e fiz algumas fotos. Mas o outro lado me entristece, quando vejo nos jornais que estão retirando o dinheiro da cultura, assim como foi com a Secretaria dos Esportes, o que me entristeceu muito. Todos vocês sabem que a minha bandeira é a bandeira do esporte, da educação, da cultura, foi onde eu nasci, foi como aqui cheguei. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Tarciso. Realmente, Porto Alegre goza, desde a última sexta-feira, de um novo cartão postal maravilhoso, algo de que há muito tempo nos ressentíamos, nós, porto-alegrenses reclamávamos, de um espaço de lazer, de deleite que está retornando à nossa convivência com o nosso Guaíba. O espaço está maravilhoso, e ontem o dia colaborou, contribuiu. Aqui na Câmara também tivemos um evento bastante bacana, o Veteran

Car, com shows de banda de rock, *food trucks*, enfim, um domingo especial para nossa Cidade. Também lá na Redenção houve a celebração da diversidade e várias agendas culturais que encheram e abrilhantaram o final de semana da nossa Cidade.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Professor Wambert está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Presidente Valter Nagelstein. No Dia do bombeiro brasileiro, quero agradecer pela existência desses nossos heróis do dia a dia, que estão sempre atendendo a comunidade gaúcha nos mais variados casos que exigem a sua presença, salvando vidas e o nosso patrimônio. Sabemos da necessidade de mais estações de bombeiros, maior efetivo, viaturas e embarcações de combate a incêndios, aparatos aéreos – autoescada magirus e autoplateforma –; veículos para emergências especiais, equipamentos de proteção individual e outras medidas de ordem governamental, que estão constantemente batalhadas e têm que ser reivindicadas e conquistadas pela corporação a cada gestão do governo estadual. O órgão que tanto trabalha em prevenção, aconselhando e instruindo a população para saber evitar acidentes, orientando os PPCIs, realizando treinamento de simulados de emergência, deve receber das autoridades superiores a devida atenção, que nós não constatamos, não acompanhamos. E a completa previsão em termos de equipamentos para agir, antes de tudo, de forma preventiva. Quando se trabalha na prevenção, evita-se tragédias. Não é concebível que precisem acontecer tragédias para depois apontarem a necessidade de determinado material adequado, que poderia ter auxiliado. A prevenção também está no planejamento e na manutenção das estruturas existentes e necessárias de combate a incêndios. Fui uma incentivadora da independência da corporação da Brigada Militar, a fim da conquista da autonomia e do orçamento próprio. Quando da votação da matéria na Assembleia Legislativa, os nossos Deputados tiveram sensibilidade e deram prioridade a essa causa tão importante, tão decisiva para o melhor desempenho e para o futuro do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio Grande do Sul, uma instituição especializada, de utilidade pública, que merece plenas condições de trabalho, valorização e reconhecimento.

Não há como não me lembrar do meu pai, Pedro Américo Leal, que, enquanto Vereador de Porto Alegre, à época da gestão Tarso Genro, em 1996, sugeriu a instalação da Estação Mauá para melhor atender à área central da Cidade, mas, infelizmente, posteriormente, foi desativada. O projeto Centro de Atendimento

Integrado reunia Polícia Civil, Brigada Militar, bombeiros, juizado de menores e posto de saúde. O projeto redundou na implantação da Estação Central dos Bombeiros na Av. Mauá e no pelotão da Brigada Militar no abrigo da Praça XV.

Eu me remeto ao incêndio do Mercado Público em 2013, quando, em meio ao tumulto, um bombeiro lembrou que a antiga Estação Mauá, quase ao lado da Prefeitura, desativada havia dois anos, tinha um hidrante que poderia ser usado. Um portão de ferro foi arrombado, uma mangueira foi conectada ao equipamento, e logo a água jorrou para ajudar a debelar as chamas que consumiriam 10% do prédio. Incrível essa história. O esforço do Ver. Pedro Américo Leal em pensar melhor o Centro da Cidade teve um retorno benéfico, mesmo que tardio, em favor do nosso Mercado Público. Fico feliz por isso. Então quero lembrar e reconhecer publicamente, mais uma vez, especialmente hoje, no Dia do Bombeiro Brasileiro, o esforço, a dedicação e a importância dos bombeiros porto-alegrenses e gaúchos e agradecer, como cidadã, pelo trabalho corajoso e incansável que realizam em benefício de todos os cidadãos.

Muitos assuntos importantes me fazem utilizar este tempo aqui na tribuna. Gostaria de comentar hoje uma notícia recente sobre o aumento da violência contra a mulher no Rio Grande do Sul. Os dados são extremamente preocupantes. Em 10 anos, o índice cresceu em 90%, e é constatado dentro de um quadro de aumento geral da violência no Estado. É inacreditável isso! Com tantas campanhas, com tanta consciência que se acha que se tem, com as redes sociais, com a internet, nós tivemos um aumento de 90% na violência contra a mulher. A pesquisa ressalta que, antes de serem mortas, muitas mulheres foram vítimas de outras violências de gênero, como psicológica, física ou sexual. Nisso vemos que problema não é só uma questão de segurança pública, e sim também uma questão social, educacional, eu diria. Famílias são destruídas, filhos ficam sem mães, a força produtiva da mulher é aniquilada, todas nós nos sentimos feridas. Nos últimos tempos, começamos a ouvir com mais frequência dois termos que antes não escutávamos e que estão diretamente ligados à crescente problemática da violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha e o feminicídio. Felizmente, depois de muita luta, temos uma das melhores leis do mundo de proteção às mulheres, ao mesmo tempo em que o Brasil teve que reconhecer e renomear o assassinato de mulheres por serem mulheres, o feminicídio, que passou a constar no Código Penal. A maior justificativa de motivação do feminicídio é que a mulher queria encerrar um relacionamento, e o parceiro resistia ao término, atestando que os casos estão relacionados à dificuldade que certos homens têm de lidar com rejeição. Isso é triste demais. Como as coisas chegam a esse ponto, como lidar com esse machismo exacerbado? É preciso saber identificar os sinais que são dados, é preciso evitar que o problema aumente, é preciso um amparo de políticas públicas, é preciso denunciar, é preciso informar, é preciso fazer campanhas sempre mostrando para as mulheres não se calarem, denunciarem! Por isso é tão importante voltarmos a atenção para as causas femininas, todos, governantes e sociedade, aos direitos iguais, à equiparação dos salários, às mesmas oportunidades, a autoestima das meninas e, sobretudo, ao respeito pelo sexo feminino. A referida pesquisa com dados mais detalhados foi divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pela

notícia publicada no jornal Zero Hora do dia 6 de junho. A pesquisa expõe o aumento da violência contra a mulher, está no jornal Zero Hora. Isso é muito triste, nós só podemos registrar...

Vereadora Sofia Cavedon (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Mônica Leal, eu quero parabenizá-la pelas duas intervenções relativas aos bombeiros e, agora, sobre o tema do feminicídio. De fato, é assustador, alarmante o crescimento do crime contra a mulher só por ser mulher. Os assassinatos foram, em média, 80, 90 por ano nos últimos anos. Mas eu tomei conhecimento de um dado que indica que, em 2016, crimes que são classificados dentro da Lei Maria da Penha foram 1.600 no Estado do Rio Grande do Sul. É assustador como nós ainda não alteramos a cultura machista deste Estado. Então, queria acrescentar, além da dimensão da denúncia, de ligar para o Disque 100, que a denúncia não precisa ser da vítima; pode ser de uma vizinha, de uma amiga, de professores, de qualquer pessoa. Nós precisamos alterar essa cultura machista através dos meios de comunicação, através da formação dos nossos meninos e das nossas meninas nas escolas, nos lares, para construirmos homens e mulheres mais democráticos e alterarmos, de fato, essa desigualdade entre homens e mulheres. Parabéns pela sua intervenção.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Exatamente isso, Ver.^a Sofia, precisamos nos unir, cada vez mais falar nesse problema e, principalmente, incentivar as mulheres a denunciar. Essa pesquisa expõe o aumento da violência contra a mulher, como eu já falei. Em 11 anos, os assassinatos quase dobraram no Rio Grande do Sul. Foram 2.500 vítimas nesse período. Realmente, é alarmante, e todas as mulheres e homens devem sempre levar isso consigo como a responsabilidade de um cidadão comum, um cidadão que é marido, que é pai, que é irmão, que é filho, enfim, preocupado com o futuro das nossas crianças. Precisamos dar um basta nesse aumento da violência contra a mulher.

Falo aqui na minha aldeia, Porto Alegre, mas também no Rio Grande do Sul, porque é inadmissível que assistamos a todas as manchetes estamparem isso, tanto na mídia falada quanto na escrita, e o motivo, geralmente, é o final de um relacionamento, que não é aceito pela parte masculina. Utilizei esta tribuna para tratar de dois temas que considero extremamente importantes – o Dia do Bombeiro Brasileiro, já que eles são os nossos anjos da guarda, que trabalham tanto e, muitas vezes, em condições precárias; e também fazer um clamor a todos os políticos, às autoridades, à imprensa, principalmente, para ajudarem nessa campanha de aumento da violência contra as mulheres. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Srs. Vereadores, reitero o convite para os senhores comparecerem, amanhã, aqui na Câmara, às 17h, na

Sala das Comissões, para ouvirem a palestra do Professor Josep Piqué, de Barcelona, que é o coordenador do Projeto @22, em Barcelona, e do projeto de revitalização de Medellín, na Colômbia. Ele está coordenando o Pacto para Inovação da UFRGS, da PUC e da Unisinos no Município de Porto Alegre. Amanhã ele estará na Câmara especialmente para uma conversa técnica com os Vereadores sobre esse projeto da Aliança para Inovação, e quer ouvir dos Vereadores sobre essas questões. Trata-se de uma articulação das universidades com a sociedade civil porto-alegrense e com o Parlamento, pois é fundamental que estejamos articulados e participando disso. Acho que é muito importante que participemos para colocar os marcos principais nesse trabalho que o Josep Piqué está começando a coordenar aqui entre o Município de Porto Alegre e as universidades. Quero dizer também que esse encontro de amanhã talvez seja preparatório para que tiremos uma pequena comissão da Câmara para irmos a cidade de Medellín, na Colômbia, para verificar todo o projeto que foi desenvolvido lá. Então, fica esse convite para os Srs. Vereadores, eu acho que quem puder ir amanhã, certamente vai estar se credenciando também para essa discussão, que pode ser que a gente tire uma pequena comissão aqui, para ir verificar essa questão, que é, o Ver. Ricardo Gomes sabe disso, extremamente importante.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Paulinho Motorista.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Sr. Presidente, caros colegas Vereadores e Vereadoras, eu agradeço ao Ver. Paulinho Motorista pela cedência do tempo. Eu quero, neste período, poder externar algumas preocupações. Quero fazer uma saudação aos bombeiros civis que estão presentes aqui hoje e, com certeza, a tendência que observo é que a Casa derrube o veto, mantendo o justo projeto de vocês, que dá mais segurança e tranquilidade para as famílias, principalmente aquelas que acabam tendo os seus entes queridos expostos a algumas situações de violência, por que não dizer. A primeira coisa que eu queria referir aqui, é a nossa preocupação, Ver. Reginaldo Pujol, com as mudanças ocorridas em definições da Vigilância Sanitária Estadual, que faz com que hospitais de pequeno e médio porte, mas, principalmente, os hospitais de pequeno porte, Ver. Cassiá, acabem tendo que ser praticamente extintos. A Vigilância Sanitária Estadual está criando tantos empecilhos para a manutenção dos pequenos hospitais, que eles caminham rapidamente, e quase num caminho inexorável, para a extinção. No que isso acaba afetando Porto Alegre, Ver. Prof. Alex? Esses pacientes que não são atendidos lá, vão vir para Porto Alegre. Esses pacientes que tinham a possibilidade de serem atendidos em pequenos hospitais de 50 a 80 leitos vão acabar refluindo a Porto Alegre. Pacientes que têm, às vezes, patologias de não tão grande complexidade, que precisam ficar lá tratando a pneumonia com antibiótico endovenoso por cinco a sete dias. Esses pacientes vão ter que fazer esse tratamento em hospitais médios e grandes, e vai aumentar o problema de infecção, vai aumentar a dificuldade de acesso à saúde. Isso começou a ocorrer de dois meses para cá, em função de algumas mudanças infundadas nos ditames da Vigilância Sanitária Estadual.

Então eu peço às autoridades sanitárias municipais e estaduais do Estado do Rio Grande do Sul que tenham atenção para essa questão, porque essa questão vai prejudicar muito, não só os pequenos e médios Municípios como também os grandes Municípios como Porto Alegre. Esses pacientes vão acabar vindo para cá. Então é importante se ter atenção a isso, porque um atendimento de média complexidade disseminado seria, sem dúvida nenhuma, a melhor solução, e não é isso o que está se encaminhando. Hoje em dia a gente tem pessoas que acabam tendo um deslocamento de mais de mais de 200 quilômetros para ter um parto, por exemplo, e isso acaba afetando Porto Alegre, porque esses casos estão, de forma cotidiana, rotineira e sistemática, vindo a Porto Alegre.

A segunda questão que muito tem nos preocupado, Dr. Goulart, são as ações preventivas de câncer de mama e câncer de colo de útero. Diferentemente do que vem sendo prolatado por algumas autoridades sanitárias, nós estamos aqui para dizer em alto e bom som que é necessário fazer a mamografia a partir dos 50 anos, uma vez por ano. Aquelas mulheres ou aqueles homens – porque 1% dos cânceres de mama ocorrem em homens – que têm história familiar devem, a partir dos 45 anos, fazer mamografia também. De forma alguma é um exame dispensável, como erradamente tem sido dito por algumas autoridades sanitárias. Então quero reiterar isso, porque isso salva vidas, isso dá a possibilidade de as pessoas terem uma cirurgia menos ampla, isso diminui a morbidade, ou seja, a doença; diminui a mortalidade – fazer a mamografia anualmente. Isso foi um projeto estabelecido pela Senadora Ana Amélia, que, sem dúvida nenhuma, não está sendo cumprido em vários locais, inclusive em Porto Alegre. A terceira questão, isso vale para o câncer de colo de útero, essa história de dizer, Ver. Dr. Goulart, que fez num ano, que fez no segundo ano, e que, depois pode fazer de cinco em cinco anos, isso não está bem documentado na medicina. O correto é fazer todo ano, assim como é com o câncer de próstata! É fundamental que estejamos dizendo, a cada momento, diferente também do que foi prolatado por algumas autoridades sanitárias do Estado do Rio Grande do Sul, altas autoridades sanitárias do Estado, inclusive o Secretário, que não havia necessidade de se fazer o exame de PSA todo ano. Não é isso que a medicina moderna preconiza; ela preconiza a mamografia anualmente, e o exame de PSA anualmente para homens com mais de 50 anos, e para os que têm história familiar, a partir dos 45 anos, de preferência fazer também o exame físico com o exame de toque! Infelizmente, pelos rincões do Estado, inclusive em Porto Alegre, as pessoas têm preconceito com o exame físico, o que tem levado muitas pessoas jovens à morte. Então, quero enfatizar, neste tempo cedido pelo Ver. Paulinho, estas questões. Quero falar um pouco também sobre a violência contra a mulher e contra a criança, principalmente a violência sexual que deixa sequelas para o resto da vida, e que infelizmente carece de uma atenção pelos órgãos públicos. É fundamental que experiências como se têm em Porto Alegre, no Centro de Referência em Atendimento Infante-Juvenil – CRAI, sejam disseminadas, não só em Porto Alegre, como no interior afora. No CRAI, o paciente chega, é atendido por uma equipe transversal e multidisciplinar, e lá a criança, ou a mulher, faz o exame, a ocorrência policial, a investigação judiciária e o tratamento, Ver. Oliboni, caso seja necessário. Lá

ela faz prevenção ao HIV, prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, faz a prevenção à gravidez indesejada – porque talvez uma das coisas mais complicadas, senão a mais complicada, é uma gravidez fruto de uma violência como essa. E a gente sabe que, se isso não for feito muito precocemente, ela pode chegar em determinado momento da gravidez, Vereador, que ela não consiga mais interrompê-la por já estar com o nenê grande, e aí não se interrompe mais porque prevalece o direito à vida daquela criança. Então, é importante que nós possamos atuar de forma preventiva, e isso só vai ocorrer com a multiplicação dessa experiência, que é exitosa, que é feita por profissionais abnegados, profissionais concursados, profissionais que estão lá com experiência de longo tempo, e uma experiência que tem sido copiada Brasil e mundo afora. Então, destaco o trabalho do CRAI, e, de forma muito especial, da Dra. Angelita, que coordena aquela equipe multidisciplinar, e desejo que para o futuro a gente possa pegar essa experiência e multiplicar Estado afora, também dentro de Porto Alegre há necessidade.

Imbricado nessa questão da violência contra a mulher também está a violência contra a criança e o adolescente. Para todos terem uma ideia, nós temos aqui em Porto Alegre uma região em especial da Cidade, a Restinga Extremo-Sul, que, das demandas do Conselho Tutelar dessa Região, 95% são abuso sexual e violência sexual. Noventa e cinco por cento dos 18 mil atendimentos do último período – 18 mil atendimentos do último período! – do Conselho Tutelar da Restinga Extremo-Sul são de abuso sexual e violência sexual contra criança e adolescente. Pois bem, hoje, eu vi estampada uma notícia em alguns jornais, de que os agentes de segurança, os guardas municipais estão sendo retirados das escolas, aqueles remanescentes, para a contenção de custos. Isso vulnerabiliza ainda mais a população escolar dessas escolas e fragiliza ainda mais o equipamento público dessas escolas. Nós votamos nesta Casa uma emenda ao Orçamento do Município para garantir o chamamento das pessoas do concurso da Guarda Municipal. Infelizmente, nós não entendemos por que essas coisas não avançam. Então, acho que é importante, a cada momento, podermos estar falando sobre isso, para tentar sensibilizar o Executivo Municipal para essas necessidades. Lá também tivemos uma reunião conjunta com a CEDECONDH, presidida pela Ver.^a Comandante Nádia, sobre a questão do Conselho Tutelar da Restinga. Esse Conselho que faz esse atendimento está prestes, assim como outros conselhos da Cidade, a ser despejado. Está prestes, o seu local de atendimento, a sua sede, a ser devolvida para quem alugou. Então, nós não podemos desperdiçar situações como essa, não podemos perder esse trabalho. Nós temos um aluguel de um prédio de três andares no Centro da Cidade para servir de escritório de licenciamento, que vai custar em torno de R\$ 2 milhões a R\$ 3 milhões e R\$ 45 mil de condomínio. E o prédio lá da Restinga, que não custou nem um décimo disso, em vias de ser entregue. Então, realmente, não podemos ficar calados perante essas coisas tão graves. E quero, por fim, nesse tempo que me resta, falar do IPTU, dizer em alto e em bom som, que a Prefeitura não está quebrada, ela participa de uma crise conjuntural, não é estrutural, teve um superávit, no ano de 2017, de mais de R\$ 160 milhões, e não está quebrada, tanto é que as verbas de comunicação, de mais de

R\$ 10 milhões, licitadas, foram gastas já. É certo que não está em crise como o Prefeito prolata, já que alugou um prédio para licenciamento de mais de R\$ 3 milhões.

Então, nós não podemos, com este projeto do IPTU, tornarmos os donos dos imóveis em Porto Alegre inquilinos da Prefeitura, nós não podemos fazer isso, sob pena de piorarmos a qualidade de vida da nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 16h30min:
Obrigado, Ver. Dr. Thiago.

Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando que seja votado em destaque o art. 6º da Redação Final ao PLL nº 182/16, com Veto Parcial. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1833/16 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 182/16, de autoria do Ver. Cassio Trogildo e do Ver. Airto Ferronato, que obriga a manutenção de equipe de brigada profissional composta por bombeiros civis nos estabelecimentos que especifica.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela manutenção parcial do Veto Parcial;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela manutenção do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMTA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMTA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 26-06-18 (terça-feira).

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em discussão o PLL nº 182/16, com Veto Parcial. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o art. 6º da Redação Final, destacado, ao PLL nº 182/16, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, bombeiros civis que nos acompanham aqui no plenário, público que nos acompanha também pela TVCâmara, o Prefeito Marchezan vetou parcialmente este projeto, Ver. Alvoni Medina, e nós, numa conversa com a Febrabom, que representa os Bombeiros Civis do Estado do Rio Grande do Sul, entendemos por destacar o art. 6º, Ver. Paulinho Motorista e Ver. Dr. Thiago. E o art. 6º do projeto diz o seguinte (Lê.): “O descumprimento ao disposto nesta lei sujeitará o infrator à multa de 100 UFMs, aplicada em dobro em caso de reincidência.”

Há outras partes do projeto que foram vetadas, mas nós entendemos que não comprometem a aplicação da lei. Agora, com relação à parte da multa, se não a tivermos, aí não há como pedir o cumprimento da lei. Inclusive o Ver. Airto Ferronato é autor de uma outra lei que trata da questão da retirada daqueles fios não utilizados na rede de energia, e o Vereador aprovou uma lei que não tinha multa; depois, teve que encaminhar outro projeto justamente para estabelecer a multa para que lei pudesse ser cumprida.

Peço, aqui, sem maiores delongas, que possamos não acatar o Veto em relação ao art. 6º, para que esta lei – que é positiva, que é de prevenção, que estabelece a presença de bombeiros civis em estabelecimentos de grande complexidade –, tendo a multa, possa ser cumprida. Peço aos nobres colegas que votemos favoravelmente à manutenção do art. 6º da lei, que estabelece que quem não a cumprir terá uma penalização, através de uma multa de 100 UFMs, e, em caso de reincidência, a multa possa vir a ser dobrada. Muito obrigado. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do art. 6º da Redação Final, destacado, ao PLL nº 182/16, com Veto Parcial.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco, especialmente o nosso abraço aos bombeiros e bombeiras civis que estão conosco nesta tarde, exatamente no dia em que nós estamos discutindo o Veto Parcial ao projeto no Dia do Bombeiro – então, é uma tarde importante para todos nós.

O Ver. Cassio Trogildo, que é nosso parceiro de autoria, praticamente falou aquilo que nós precisamos falar. Este projeto estabelece a obrigatoriedade da existência de bombeiros civis. Já existem normas federais aprovadas. Existe e se discute no Estado, e nós, no Município de Porto Alegre, estamos aqui para pedir o voto favorável a

esta parte vetada do art. 6º, que, na verdade, estabelece a pena. Em 2012, 2013, Ver. Cassio, V. Exa. já falou, eu apresentei aquela proposta da retirada de fios de cabo sem utilização, e disse, no projeto, que o Executivo estabeleceria – através de um projeto de lei, claro. Não foi encaminhado nenhum projeto, por quê? Apresentei uma nova proposta estabelecendo a pena, porque uma regra municipal que exige, que estabelece a necessidade da existência dos bombeiros civis nos estabelecimentos, se o seu descumprimento não acarreta penalidade nenhuma, punição nenhuma, fica muito difícil, quase impossível, acreditar na aplicação da lei. Portanto, meu querido Ver. Paulinho, nosso Vereador do PSB, meu Partido, digo da importância que é nós estabelecermos essa pena. E para tanto é preciso que se derrube o veto nessa parte vetada. Eu também concordo com o Ver. Cassio Trogildo e já conversamos sobre isso, aceitamos a outra parte, desde que seja aprovado esse art. 6º, que é fundamental e necessário para que a lei possa ser cumprida aqui no Município. Eu quero dizer para vocês que diversos Municípios do Estado – acredito que para o Ver. Cassio também – já nos telefonaram pedindo cópia do nosso projeto. Portanto, de Porto Alegre partirá uma regra que vai atender ao Estado todo pela importância que significa para a nossa sociedade gaúcha e, em especial, aqui na nossa Porto Alegre. Um abraço a todos. Parabéns a vocês pelo dia e vamos aprovar, manter essa regra! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Aírto Ferronato. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do art. 6º da Redação Final, destacado, ao PLL nº 182/16, com Veto Parcial.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente Valter, senhores e senhoras, Vereadores e Vereadoras, quero aqui menos trabalhar com conteúdo, mas, sim, dizer que uma norma precisa ter instrumento para que ela seja cumprida. Nós votamos a favor e entendemos que devemos manter a eventual punição, senão é fazer uma lei inócua. Dizer que nós levamos a sério e damos consequência aos votos que damos. Entendemos que a parceria entre os bombeiros militares e civis, o reconhecimento dos bombeiros civis e a sua função estratégica tem que dar consequências. Nós estamos vivendo, ainda hoje pela manhã, o incêndio. Eu tive, quando falei aqui, na segunda passada, a lamentável perda de um colega de infância, amigo de uma vida inteira, carbonizado por um, aparentemente, acidente doméstico de incêndio. E a gente sabe o que significa isso na vida de crianças, mulheres, como a incrível tragédia da boate Kiss, em Santa Maria. Tudo isso nos diz que, enquanto não ocorre, parece que não é nada, não parece importante, e aí aparece, nas tragédias, lamentavelmente, a necessidade de investimento na prevenção, na vigilância permanente, na presença, no auxílio fundamental do conhecimento técnico ao pensar os espaços, ao pensar as intervenções, as metodologias num evento, numa organização de um espaço físico, etc. Então, em nome da Bancada do PT, Ver. Oliboni, dizer que nós achamos que é sério o que nós estabelecemos como norma aqui, reconhecimento do

bombeiro civil. E tem que ter punição, sim, para que sejam cumpridas as premissas colocadas na lei. Dizer que nós estamos vendo, ao lado disso – eu fiz essa manifestação aqui na tribuna, e fiz questão, na homenagem ao soldado –, infelizmente, um desprestígio na função de bombeiros aqui no Estado do Rio Grande do Sul, e é real isso, não apenas uma fala de oposição. Estou assumindo a liderança de oposição, quero dizer aos colegas do PSOL, com muito orgulho e muito senso de responsabilidade, e a minha Bancada do PT, que nós estamos vendo a gravidade do desmonte das estruturas dos bombeiros aqui no Estado, das estruturas históricas, da sua possibilidade de formação, da prática esportiva, da preparação física que todos e todas vocês têm, mesmo não sendo da corporação de bombeiros militares, e estamos perdendo nosso tradicional Ginásio da Brigada Militar. Estamos perdendo espaços, quartéis de bombeiros estão sendo tirados de áreas estratégicas como o Cais do Porto. Quantas vidas não foram salvas, monitorando, junto com a Marinha, essas águas? Salvamentos realizados por nossos bombeiros. E anda a revitalização, ou a privatização da Orla, quando a primeira solução que deveríamos ter era para os bombeiros, num lugar melhor, se fosse o caso de tirar de lá. Nossa opinião é de que deveria ter sido incorporado no projeto do Cais, e não fomos vitoriosos, assim como não abrimos mão, jamais abriríamos mão, da área na Silva Só e do Ginásio da Brigada. Então nosso voto contrário a este Veto, Ver. Cassio. Tem todos esses símbolos, mas tem outro símbolo, que é da base do Governo Marchezan. Aqui proponho uma rebeldia ao Governo Marchezan, e eu acho que tem muitos momentos que a base precisa se rebelar ao Governo Marchezan, porque assim como Líder, vim aqui negociando uma emenda, e houve notícias de que o Governo tinha recuado no tema do funcionalismo, num tema muito importante como os regimes, nós tivemos notícias de uma ADIn, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade do Prefeito contra uma norma como o Estatuto do Funcionalismo construído por anos de luta. Eu espero que a Câmara inteira aqui se rebele contra isso, como nós vamos derrubar o Veto. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Professor Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do art. 6º da Redação Final, destacado, ao PLL nº 182/16, com Veto Parcial.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu venho fazer o encaminhamento em nome da minha bancada, a Bancada do PSOL, agradeço à Ver.^a Fernanda Melchionna e ao Ver. Roberto Robaina. O veto em questão suprime os arts. 4º, 5º e 6º do PLL nº 182/16, de autoria do Ver. Cassio Trogildo e do Ver. Airto Ferronato. Nós concordamos com a explicação que o Ver. Cassio trouxe a esta tribuna, de que realmente, se não houver multa e ampliada no caso de reincidência, o projeto de vocês, que é tão meritório, e que nós fizemos uma discussão bastante extensa no ato da votação desse projeto de lei, nesta Casa Legislativa, desqualifica, destrói, praticamente, tornando ele inócuo. Portanto,

acreditamos que é necessária a manutenção, sim, desse dispositivo legal. A multa é necessária, de certa forma, ela tem um caráter também pedagógico – por que não? Porque, quando descumprido um dispositivo legal, deve haver penalizações para os infratores. Portanto, o art. 6º, em momento nenhum pode ser esquecido, ele não pode ser rejeitado. Agora, eu acredito que os outros artigos suprimidos também têm importância, também têm relevância, eles qualificam o projeto. Portanto, eu subo aqui para manifestar a minha posição de que esta Casa Legislativa deveria derrubar por completo o veto do Sr. Prefeito Nelson Marchezan Júnior. Nós precisamos garantir projetos dessa natureza, que resguardam a integridade física das pessoas, garantindo que estabelecimentos ou grandes eventos tenham plenas condições de dar aos frequentadores a segurança das suas vidas. No dia da votação deste projeto, eu lembro que havia acontecido aquele incêndio na Rússia, em que as saídas de emergências estavam lacradas e houve a morte de muitas pessoas. Uma grande comoção mundial, e os bombeiros civis, que trabalham nesses locais, tenham um papel fundamental, não apenas para orientar, mas também para acalmar as pessoas, porque, em situações de emergência, as pessoas, muitas vezes, não agem dentro da racionalidade, e isso faz com que aumentem os perigos na sua segurança. Portanto, em nome da nossa bancada, peço que todas as bancadas, todos os Vereadores e Vereadoras se atentem também à essência do projeto que nós aprovamos aqui, para que nós venhamos a derrubar o veto parcial do Prefeito e possamos garantir que esse dispositivo legal entre em vigor na nossa Cidade, resguardando vidas de cidadãos e cidadãs de Porto Alegre. Portanto, peço a todos que votem pela derrubada integral e pela preservação do projeto como discutimos, como votamos e como também encaminhamos, alguns meses atrás. Deixo aqui a nossa reflexão, a nossa preocupação.

Obviamente, o art. 6º é o mais sensível, é ele que fala sobre a multa, é ele que tem esse caráter pedagógico e, possivelmente, será o grande responsável pelo cumprimento desse dispositivo legal. Sendo assim, ele não pode ser rejeitado, ele não pode ser vetado. Destaco também, neste momento, a importância do projeto como um todo, a qualificação que ele dá para salvaguardar a vida e a integridade física dos porto-alegrenses. Um grande abraço a todos, sigamos os nossos encaminhamentos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Prof. Alex. O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para encaminhar a votação do art. 6º da Redação Final, destacado, ao PLL nº 182/16, com Veto Parcial.

VEREADOR ELIZANDRO SABINO (PTB): Sr. Presidente, colegas Vereadores, bancadas aqui representadas, considerando o projeto, que é de autoria do Ver. Cassio e do Ver. Airto Ferronato, quero fazer aqui uma referência ao destaque do art. 6ª e à aplicabilidade da multa, que é algo extremamente importante. Há pouco, quando ouvia atentamente o Ver. Prof. Alex, em que pese a posição e, ao mesmo tempo, encaminhamento no sentido da derrubada total do veto, embora o veto seja parcial, o

destaque apresentado é pontualmente no que diz respeito ao art. 6º. Falava agora com o Ver. Reginaldo Pujol e, nos seus ensinamentos, ele acabou de me dizer que lei sem multa é que nem água que não molha e fogo que não queima. Efetivamente, se torna inócuo e sem nenhuma aplicabilidade o presente PLL nº 182/16 se nós não, respeitosamente, com a devida vênia, contrapormos a posição apresentada pelo Executivo. Afinal, o projeto é profunda e grandemente meritório, especialmente num dia tão especial que é o Dia do Bombeiro. Nós vamos acompanhar como bancada a proposição do Ver. Cassio, ao mesmo tempo também do Ver. Airto Ferronato, entendendo que isso é o melhor para a nossa Cidade. Um abraço a todos, e parabéns mais uma vez.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do art. 6º da Redação Final, destacado, ao PLL nº 182/16, com Veto Parcial, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde. Também queria falar aqui, neste tempo de oposição, represento aqui a bancada do PT e PSOL, dizendo que nós vamos, sim, acompanhar a derrubada do veto, principalmente no art. 6º, onde o Governo, através da sua manifestação, disse que não há necessidade de multa, e nós sabemos que, se não tiver multa, obviamente, não há nenhuma obrigatoriedade de cumprimento da lei. Nós estamos falando do projeto de lei dos bombeiros civis e, em tese, já está sendo discutido há um bom tempo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, através de uma frente do Deputado Nelsinho Metalúrgico, onde, pelo interior do Estado, já se constitui, inclusive nos mais variados Municípios, a constituição, através da instituição de bombeiros civis, como também dos sindicatos, a legitimidade da existência do bombeiro civil. Portanto, ele está legitimado a acompanhar os grandes eventos das cidades, interior e Capital, mais precisamente estamos falando da Capital, com relação à obrigatoriedade de contratação de bombeiro civil, dependendo do evento que ora se estabelece na cidade. É óbvio que essa entidade que por sua vez pode fazer um grande evento, e não contratando bombeiros civis, terá uma multa, se ele retira a multa, cai por terra o projeto de lei, ou a viabilidade da execução e cumprimento do que a lei estabelece, pelo que louvamos a iniciativa dos colegas Vereadores. Quero dizer que é semelhante a algo que nós vamos votar possivelmente na quarta-feira – eu chamo atenção dos colegas Vereadores –, que é a extinção do Funrebom pelo Governo Municipal. Os senhores sabem o que é o Funrebom? O Funrebom é o que dá a vida, o que dá a constitucionalidade e o recurso necessários para os bombeiros do Estado do Rio Grande do Sul comprarem veículos para combater incêndios e fazerem as reformas necessárias. Vou dar um exemplo: na região leste, na frente do Carrefour, há pouco tempo aconteceu um vendaval na Cidade, e aquela unidade foi completamente destelhada. Aquela unidade está sendo reformada

com recursos do Funrebom. O Governo Municipal mandou um projeto para esta Casa extinguindo vários fundos, entre eles, o Funrebom. Lamentavelmente, o Governo não dialoga com esses segmentos, que são de extrema importância para a viabilidade de certos projetos na Cidade. Não é diferente com o bombeiro civil. Uma boa sorte, uma boa luta, e vamos derrubar o veto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do art. 6º da Redação Final, destacado, ao PLL nº 182/16, com Veto Parcial.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores; saúdo a presença dos bombeiros voluntários e, também, o Ver. Cassio Trogildo, autor do projeto. Hoje fizemos, no primeiro momento da Sessão, uma homenagem à Brigada Militar. Queria destacar que bombeiro é a profissão mais respeitada de todas as profissões, o bombeiro é o profissional mais querido pela população. Recentemente, a gente viu aquele desastre no Rio de Janeiro, quando desabou um prédio pegando fogo. Muitas vezes, tem algumas profissões que a gente só se lembra que existem na hora da dificuldade, como no caso do Salva-vidas. Digo isso, porque na minha família, meu avô e meus tios são cirurgiões plásticos, e operaram pessoas que sofreram queimaduras por choque elétrico ou com fogos de artifício, situações em que os bombeiros fizeram a diferença. Infelizmente, tivemos essa tragédia da boate Kiss aqui no Rio Grande do Sul, que marcou uma página negra na história do povo gaúcho, e sabemos como foram importantes os bombeiros, enfrentando a fumaça, as labaredas; derrubaram paredes; machucaram-se para salvar vidas. Ver. Cassio Trogildo, se este projeto de lei bastar para salvar uma vida, está valendo a pena. Não temos o direito de vetar a iniciativa de um Vereador que tem, como consequência, a implementação de mais um ou dois profissionais para determinada atividade que, na hora do aperto, vai fazer a diferença e salvar uma vida. Casualmente, este projeto entra no Dia do Bombeiro, e em nome da Bancada do PDT, quero fazer este encaminhamento pela aprovação do projeto e pela derrubada do Veto. Vejo aqui, nas galerias, os Bombeiros Voluntários, e me dá uma certa inveja, porque também queria ter sido bombeiro voluntário; mas como não fiz o curso, hoje não há mais tempo pela minha idade. Sou Tenente R2 de Cavalaria, e fiz muito rapel na pedreira do DMAE, enfrentei muito gás lacrimogêneo; lembro dos tempos de caserna, onde a vida militar se confundia com as ações da brigada, dos bombeiros. Então, para o bem da Cidade, vamos aprovar o projeto do Ver. Cassio Trogildo, destacando, fazendo uma composição com o Governo, compreendendo, mas acho que, acima de tudo, podendo, sim, dar esse voto de confiança para que os bombeiros voluntários possam também colaborar com a sociedade civil organizada, nas instituições e nos regimentos onde a lei se estabelece para quicá, por ventura, se ocorrer, mas tomara que não precise, possam vir, quem sabe, a salvar pelo

menos uma vida ou quantas forem possíveis, naquilo que diz respeito à competência da profissão de vocês, no dia de vocês. Parabéns, meus cumprimentos pelo dia de hoje também. Um grande abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal o art. 6º da Redação Final, destacado, ao PLL nº 182/16, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

Em votação o PLL nº 182/16, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Foram vetados o art. 4º e art. 5º. (Lê.): “Art. 4º Os bombeiros civis e os estabelecimentos referidos nesta Lei que contarem com o apoio ou o auxílio municipal para análise e desenvolvimento de projetos ou ações sociais deverão apresentar documentação comprovando o cumprimento de disposições legais. Parágrafo único. A documentação referida no *caput* deste artigo será analisada por órgão definido pelo Executivo Municipal, ao qual caberá a liberação e os encaminhamentos pertinentes ao andamento dos projetos e das ações sociais, bem como a fiscalização desses e do cumprimento desta Lei. Art. 5º No processo de concessão de alvará ou licença, o Executivo Municipal deverá instruir o interessado a requerer consulta prévia no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul, para vistoria das instalações, visando ao cumprimento das exigências básicas de segurança contra incêndio e pânico em conformidade com a Lei Federal nº 13.425, de 30 de março de 2017.”

Na verdade, o Prefeito veta dois dispositivos que trazem obrigações à Prefeitura. Parece muito razoável, aliás, necessário e importante que no momento em que alguém entrar com pedido de concessão de alvará, licença, o Município faça a instrução de que ele tem que consultar o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul para vistoria das instalações. Eu vou dar um exemplo, senhores e senhoras, do quanto isso é importante; aliás, um exemplo que deve ser mais um objeto de nossa discussão nesta Câmara: os permissionários do Mercado Público assumiram, em acordo na Justiça, a realização do PPCI, as alterações necessárias para o PPCI, Ver. Prof. Alex Fraga. Eles tinham como indicativo, segundo as novas regras devido ao caso da boate Kiss, uma série de medidas, tinha que mexer na escada rolante, o que era caríssimo! Mesmo assim os permissionários assumiram o PPCI na Justiça. Ora, quando voltaram, acordo assumido e assinado, preocupados em realizar, sim, o que foi combinado, contratado na Justiça; procuraram os bombeiros militares, que, pasmem, mostraram, demonstraram que não precisava tudo aquilo, que havia uma nova norma técnica. A partir da orientação dos bombeiros, os permissionários contrataram um novo projeto de PPCI, inclusive já pagaram a primeira parcela, que custa R\$ 15 mil, mas, modificou, um projeto um pouco mais simples, mais objetivo, que dialoga com o funcionamento do Mercado Público, que é mais eficaz. Inclusive há uma orientação dos

bombeiros que é melhor um alarme contra incêndio, do que, depois do incêndio iniciado, tu teres, por exemplo, muito mais água em reservatório do que tem atualmente. Então, são mudanças muito importantes que derivaram da análise técnica dos bombeiros. E a Prefeitura veta aqui que ela oriente; imagina, quando entra com alvará, o que custa a Prefeitura ter um protocolo, uma orientação, procure a opinião técnica dos bombeiros. A Prefeitura não quer se responsabilizar por nada, essa que é a verdade. Eu quero terminar essa pequena história dizendo da seriedade com que os permissionários levaram acordo na Justiça, e a irresponsabilidade da Prefeitura, seja aqui ou lá; aqui a Prefeitura não quer assumir responsabilidade nenhuma. Com os permissionários o que ela fez? Ela simplesmente lançou um edital de privatização do Mercado Público impedindo que os permissionários façam parte da gestão. Quer dizer que, quando foi para eles salvarem a Prefeitura de um processo na Justiça obrigando-a a fazer PPCI, eles servem, agora, para privatizar o Mercado, eles não servem, estão fora, são impedidos. E eu já representei isso no Ministério Público, no Tribunal de Contas, e o Ministério Público já abriu um inquérito civil para investigar. Ou seja, a Prefeitura se desresponsabiliza, seja pelo Mercado Público, seja por uma atuação importante como a dos Bombeiros Militares e dos Bombeiros Civis. Portanto, nós temos que derrubar esses dois vetos também, e o faremos para bem da seriedade com a cidade de Porto Alegre, para mostrar ao Prefeito Municipal que ele tem que ser sério, não pode ser falso, enganador e irresponsável com a sua Cidade como tem demonstrado ser. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Sofia. Em votação nominal o PLL nº 182/16, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 08 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, gostaria, com muita honra, de formalizar a alteração na Liderança de oposição que estamos, coletivamente, procedendo. Estou assumindo, neste momento, substituindo o Ver. Marcelo Sgarbossa, como Líder da oposição, o Ver. Prof. Alex será o Vice-Líder, e nós formalizamos a V. Exa. Agradeço aos nobres Pares a confiança.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Apregoo Termo de Indicação de Líder e Vice-Líder, de autoria do Marcelo Sgarbossa, que comunica que, a partir do dia 2 de julho de 2018, a Liderança da Bancada de Oposição constituir-se-á nos seguintes termos: Líder, Ver.^a Sofia Cavedon; Vice-Líder, Ver. Prof. Alex Fraga.

Apregoo Emenda nº 05, de autoria dos Vereadores Mauro Zacher e Márcio Bins Ely, ao PLE nº 003/18.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze Vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 17h16min:
Encerrada a Ordem do Dia.
Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 3012/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 338/17, de autoria do Ver. Dr. Thiago e do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Mês de Incentivo ao Aleitamento Materno – Agosto Dourado no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de agosto, em especial na sua primeira semana.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.
Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h17min.)

* * * * *